



Anais da Assembléia

Nº 75

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE JUNHO DE 1.978

ANO IV

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 72.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 26 DE JUNHO DE 1.978.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, Ivan Rüppel, Aguinaldo Pereira Lima, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Otássio Pereira, Trajano Bastos, Werner Wanderer (24); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ernesto Gnoato, José Domingos Scarpelini, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Wilson Fortes, Osvaldo Macedo e Fuad Nacli. (30)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem n.º 68/78

Curitiba, 19 de junho de 1.978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 24 de maio de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de BARBOSA FERRAZ, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

—À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofícios:

Sob os n.ºs 87, 90 e 91/78, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei n.ºs:

152/77: Do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo a alienar à Associação Comercial e Industrial

da Cidade de Paranavaí, imóveis que especifica e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o número 7.010.— **Agradeça-se.**

02/78: Do Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, que declara de utilidade pública o Lar São Mateus, com sede e foro na cidade de São Mateus do Sul, o qual convertido em Lei tomou o número 7.011.— **Agradeça-se.**

03/78: Do Senhor Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que denomina Prefeito José Amin Matte a Escola de Ensino de 1.º Grau da sede do Município de Chopinzinho, o qual convertido em Lei tomou o número 7.012.— **Agradeça-se.**

Sob o n.º 353/78, do Senhor Dr. Gastão Natal Simone, Secretário da Saúde e Bem Estar Social, da Prefeitura do Município de Maringá, encaminhando cópia do relatório de serviços prestados por aquela Secretaria, referente ao mês de maio do corrente ano.— **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 190/78, do Senhor Pedro Claro Chaves, Presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, encaminhando cópia do pronunciamento do Vereador Leocádio Henrique, solicitando o empenho das autoridades estaduais, a fim de que normas de trabalho sejam implantadas na importação do milho pelo Porto de Paranaguá, cuja finalidade é minorar a mão-de-obra ociosa em nossa cidade.— **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 03/78 do Senhor Vitorino Gmoatto, Secretário da Câmara Municipal de Barracão nos seguintes termos: Tenho o prazer de comunicar que foi aprovado por 6 (seis) votos a 3 (três), seu apoio em favor à anistia, conforme requerimento assinado pelos Deputados: Enéas Faria, Adalberto Daros, Deni Lineu Schwartz, Osório Valter Pietrângelo, Lineu Mansani Turra, Benedito Lúcio Machado, Fidelcino Tolentino, Renato Bernardi, Domício Scaramella, José Muggiati Filho e Hélio Manfrinato, apresentado a este Poder Legislativo.— **Ao conhecimento dos Srs. Deputados interessados.**

Do Senhor Dr. Décio Chaves, Diretor Gerente da SERTEL-Serviços p/Telecomunicações S/C Ltda em Brasília, no qual leva ao conhecimento dos Senhores Parlamentares que o Diário Oficial (Secção I Parte I) de 09 de junho de 1.978, nas fls. 8674, publicou o edital número 45/78, do Ministério das Comunicações, para recebimento de propostas para execução e exploração de serviço de radiofusão sonora em frequência modulada na cidade de Londrina.— **Ao conhecimento da Casa.**

Do Senhor Maurizio Bucci, em nome de Sua Excelência o Presidente da República Italiana, Dr. Giovanni Leone, agradecimento aos Senhores Parlamentares, pela mensagem de condolências e de solidariedade enviada por ocasião do trágico desaparecimento do Senhor ALDO MORO.—**Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor GENIPLO DE ALMEIDA E SILVA, ocorrido no dia 23 do corrente, em Siqueira Campos.

Outrossim, solicita, que da manifestação desta Casa, dê-se conhecimento à família enlutada, residente naquela cidade.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1.978.

(a) Aguinaldo Pereira Lima.

JUSTIFICATIVA:

Nosso requerimento é apresentado, em atenção aos relevantes serviços prestados pelo Senhor GENIPLO DE ALMEIDA E SILVA, como Vereador por três legislaturas, tendo, como político, se distinguido na Câmara Municipal de Siqueira Campos, como verdadeiro representante do seu município, defendendo, sempre com relevância as grandes causas do interesse do seu povo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ANA SCHINDLER, ocorrido no dia 24 do corrente, em União da Vitória.

Solicita, outrossim, que da decisão da Casa, dê-se ciência à família enlutada, residente naquela cidade, por tratar-se de pessoa conceituada naquele município e sogra do nosso ilustre amigo Deputado DOMÍCIO SCARAMELLA.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1.978.

(a) Aginaldo Pereira Lima.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido em Porto-União do Sr. HERDELINDO DOMINGOS BAZZO.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1.978.

(a) Domício Scaramella.

JUSTIFICATIVA:

Cidadão conceituado, comerciante e industrial em União da Vitória, onde grangeou a simpatia e respeito.

Requer outrossim, sejam enviadas cópias do inteiro teor do presente, à família enlutada em Porto-União, SC.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer seja consignado em ata dos nossos trabalhos, um voto de congratulações aos eméritos Juristas Paranaenses Dr. RENÉ ARIEL DOTTI e Dr. ALCIDES MUNHOZ NETO, que conquistaram o 1.º e 2.º lugares, respectivamente, no I Concurso Nacional de Letras Jurídicas, promovido pela Secretaria da Justiça e pela "Gazeta do Povo", cujos trabalhos premiados demonstram o alto índice da cultura jurídica paranaense.

Outrossim, requer, seja dado conhecimento aos homenageados e à Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, do teor da manifestação desta Assembléia.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1.978.

(a) Erondy Silvério.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a inserção na ata dos trabalhos dessa sessão legislativa, de voto de aplausos aos eminentes causídicos René Dotti e Alcides Munhoz Neto, que acabam de ser contemplados com os prêmios "De Plácido e Silva" e "Oscar Martins Gomes", respectivamente, na promoção da "Gazeta do Povo" e Secretaria da Justiça, instituindo o "Primeiro Concurso Nacional de Letras Jurídicas".

A tese do bacharel René Dotti versou sobre "A Proteção da Vida Privada e a Liberdade de Informação" - um estudo sobre o processo da erosão da intimidade da vida privada e o conflito resultante da liberdade, assegurou-lhe o primeiro

lugar na referida promoção.

Embora o concurso tenha sido de âmbito nacional, o fato dos prêmios terem sido outorgados aos dois ilustres paranaenses, significa que o nosso Estado alcançou uma projeção nacional nas letras jurídicas, visto que concorrem mais de oitenta trabalhos do País.

Ao solidarizarmos com a Comissão Julgadora desse Primeiro Concurso Nacional de Letras Jurídicas, requeiro que da manifestação deste Plenário, sejam oficiados à direção da "Gazeta do Povo", à Secretaria de Justiça e aos ilustres causídicos contemplados.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1.978.

(a) Jorge Sato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, amparado pelos dispositivos regimentais, requer, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, JAYME CANET JÚNIOR, consubstanciado em apelo, para que Sua Excelência dentro da programação de DOAÇÃO de ônibus escolares no decorrer do ano presente, destine uma destas viaturas para o Município de FÊNIX.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1.978.

(a) Valter Pietrângelo.

JUSTIFICATIVA:

Requerimento apresentado em plenário da Câmara Municipal de Fênix, pelo eminente Vereador CÍCERO VIEIRA FEITOSA, fulcra o nosso pedido, que vem beneficiar uma grande parcela da população estudantil daquele município, principalmente porque, os meios de condução, até agora existentes, são ineficientes e incapazes de suportar a demanda escolar, oriunda da área rural, no interior da localidade.

A carência de coletivos para atender este setor, enquadrando-se aquela região do Estado, já foi inclusive, motivo de outros expedientes por nós requeridos nesta Casa.

Os jovens, da faixa etária escolar, devem merecer de todos os administradores os melhores cuidados e, portanto, cremos justificado o nosso objetivo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas, requer após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores Jayme Canet Júnior, Ariel Ferreira do Amaral e Silva e Gastão de Abreu Pires, digníssimos Governador do Estado, Presidente do Tribunal de Justiça e Secretário de Recursos Humanos, sugerindo-lhes adoção do esboço de ante-projeto de lei em anexo, a fim de regularizar o pagamento da gratificação instituída pela lei n.º 6.569/74, ao Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1.978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Em meados de 1.977, tendo em vista a solicitação de diversos interessados, o requerente manteve diversos contatos com as Secretarias do Tribunal de Justiça e dos Recursos Humanos, a fim de encontrar a fórmula ideal para que fossem contemplados com a gratificação instituída pela Lei n.º 6.569/74, todos os funcionários do Tribunal de Justiça em condições de recebê-la.

Ocorre, que alguns cargos cujos titulares não foram contemplados com o benefício em tela, resultaram de criação por lei posterior ou de tramitação simultânea com a n.º 6.569/74, como havia acontecido no Tribunal de Alçada.

Em relação a este último, nosso apelo foi prontamente atendido e a situação regularizada através de lei.

Todavia, apesar das gestões que resultaram na remessa

dos ofícios n.ºs 30/77 e 31/77, à Secretaria dos Recursos Humanos e Presidência do Tribunal de Justiça, respectivamente, em 30 de junho de 1977, por encontrar-se em tramitação expediente administrativo versando sobre a mesma matéria, os entendimentos finais não foram ultimados.

Considerando que a iniciativa para que essa justa medida possa ser concretizada deve partir do Chefe do Poder Judiciário e que já havia um prévio assentimento pelo setor correspondente do Executivo, em 1977, apenas reajustamos os valores e as datas do esboço anterior para aqueles correspondentes nesta data, permanecendo como justificativa, a mesma exposição de motivos, uma vez que permaneceu inalterada a situação após o indeferimento do expediente administrativo, cuja decisão final concluiu pela necessidade de lei para solucionar o problema.

Sendo das mais justas a reivindicação, aproveitamos os estudos já prontos, para prestarmos nossa colaboração como já o fizemos em caso semelhante, para atendimento do egrégio Tribunal de Alçada.

Projetos de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 99/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. Alcides Nunes Guimarães.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1978.

(a) Ivo Thomazoni.

JUSTIFICATIVA:

O Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região foi criado pela Lei n.º 6241, de 22 de setembro de 1975. Para compô-lo, foi nomeado Juiz Togado, na vaga destinada ao Ministério Público da União, o DR. ALCIDES NUNES GUIMARÃES.

Por Ato do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho foi designado para organização e instalação deste Tribunal Regional, na qualidade de seu Presidente.

Instalado em 17.09.76, e considerando seu desempenho, foi o mesmo eleito por seus Pares, em 29.11.76, seu primeiro Presidente para o biênio 1977/1978.

A par de sua preocupação em bem cumprir o mandato que lhe foi outorgado por seus Pares, destacam-se as obras realizadas, fruto de sua reconhecida capacidade e visão de administrador nato, e que marcarão indelevelmente sua passagem por este Tribunal.

Retrata sua personalidade, e bem nos diz de seu desprendimento e amor fraternal, o Tribunal Regional do Trabalho que hoje se destaca entre os órgãos públicos mais prestigiados nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Embora o Tribunal Regional do Trabalho mais novo dentre os nove existentes no País, sua estrutura e organização nada deixa a desejar dos demais, estando, ao contrário, dentre os modelares a despeito do curto espaço de tempo da sua instalação. Há dez meses em sede própria, com instalações dignas e coerentes com sua finalidade.

Já foi sede do "III Seminário Sobre Aspectos Jurídicos do Fundo de Garantia", realizado em coordenação com o Banco Nacional de Habitação, tendo sido seu organizador e Presidente de mesa, o DR. ALCIDES NUNES GUIMARÃES.

Dentre as suas funções de administrador, o DR. ALCIDES NUNES GUIMARÃES preocupou-se, não só em dar ao Tribunal Regional do Trabalho sua sede própria, projetando-o, dando-lhe um lugar de destaque na comunidade paranaense e catarinense, mas preocupou-se, ainda, em dar assistência aos órgãos jurisdicionados, oferecendo-lhes melhores condições de trabalho, quer equipando as Juntas de Conciliação e Julgamento com máquinas de escrever elétricas, calculadoras, telefones,

refrigeradores, determinando a renovação do mobiliário e maior assistência na conservação das instalações, quer dando-lhes assistência administrativa, cuidando da racionalização dos trabalhos, realizando inspeções correccionais periódicas, ocasiões estas em que se desloca pessoalmente para sentir "in loco" a situação do órgão e sua atuação.

Cumprindo promessa feita quando da inauguração da sede própria, realizou estudos visando a criação de novas Juntas na Região e extensão da jurisdição de 16 das existentes, buscando proporcionar a todos a assistência da Justiça Especializada, o que culminou com a proposta de criação de 7 (sete) Juntas de Conciliação e Julgamento, sendo 4 (quatro) no Estado do Paraná, nas cidades de Apucarana, Guarapuava, Maringá e Cornélio Procopio, e 3 (três) no Estado de Santa Catarina, nas cidades de Caçador, Joaçaba e uma 2.ª JCJ em Florianópolis.

Sendo limitada a criação de novos órgãos, o trabalho deverá obedecer a etapas, sendo nesta primeira fase, também, ampliada a jurisdição dos órgãos já criados e instalados, buscando seu melhor aproveitamento, nos casos de órgãos com um movimento ínfimo pela restrição da sua jurisdição, ou, em muitos outros casos, com vista à criação de uma 2.ª JCJ na localidade, ou de mais 6 (seis), como é o caso de Curitiba.

Aprovada a mensagem na forma proposta, serão beneficiados 180 (cento e oitenta) novos municípios, que passarão a contar com a assistência da Justiça do Trabalho na solução dos dissídios entre patrões e empregados, atualmente da competência da Justiça Comum, já tão assoberbada.

Administrar já é uma tarefa difícil, ainda mais quando o administrador tem que partir do nada, não tendo sequer um quadro de pessoal para atender as mínimas exigências do trabalho a que se propõe. Pois, foram estas as armas do Dr. ALCIDES NUNES GUIMARÃES: fé em Deus, amor ao próximo, aliados a uma vontade enorme de trabalhar, de criar, de produzir, cercada de um número mínimo de servidores recrutados em Curitiba, contando com a colaboração, prestígio e apoio das autoridades constituídas, estaduais e federais.

Nem mesmo o grave processo de enfarte que sofreu em outubro de 1977, que o deixou impossibilitado para o trabalho por três meses, fruto de sua excessiva dedicação ao bem servir, arrefeceu seu ânimo, e, mesmo sabendo que sua volta ao trabalho poderia custar-lhe a vida, mantida por milagre, não se furtou a atender o compromisso assumido junto a seus Pares, e consigo mesmo, de realizar todas as metas programadas durante o seu mandato.

É assim o quadro hoje:

1. O quadro de Juizes Substitutos foi criado pela Lei n.º 6.479, de 01.12.77, estando abertas as inscrições para realização de concurso público para preenchimento de 13 (treze) cargos, que serão acrescidos de mais 4 (quatro) mencionados na Mensagem que cria novos órgãos. Uma vez nomeados, esses Juizes poderão atuar paralelamente com os Juizes Presidentes para desafogar o serviço e dar-lhe celeridade.

2. O quadro de pessoal, em fase de elaboração da mensagem a ser encaminhada ao Congresso, propondo a criação de 162 (cento e sessenta e dois) cargos.

3. A mensagem criando 7 (sete) Juntas de Conciliação e Julgamento na Região e estendendo a jurisdição das existentes, como já mencionado, foi assinada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República no dia 01.05.78, estando no Senado para apreciação.

4. Todas as 19 (dezenove) Juntas de Conciliação e Julgamento da Região foram inspecionadas, na forma da lei, com sua estrutura administrativa definida, atendendo a uma maior racionalização dos trabalhos.

O que foi e o que está sendo realizado, fá-lo-ia qualquer administrador. Ressalta-se aqui, porém, o como foi feito, isto é, a presteza, a organização, o dinamismo e, principalmente,

o amor e a dedicação empregados no seu trabalho.

Amor, entusiasmo e dedicação que foi transmitido, contagiando seus funcionários e servidores que assim supriram sua falta de experiência.

E foi assim que o Presidente, Dr. ALCIDES NUNES GUIMARÃES, conquistou o alto conceito em que é tido pelos Ministros do colendo Tribunal Superior do Trabalho, por seus colegas e subordinados.

Esta é a figura do magistrado íntegro, de caráter forte e personalidade marcante, que encontramos naquela personalidade modesta e de semblante sereno, que a todos transmite paz e segurança. É o líder nato, que em 20 meses (17 de trabalho), presenteou a 9.^a Região com um Tribunal numa situação que outros levaram anos e anos para atingir.

É o homem público que orgulha o Paraná e que lhe legou uma obra digna dos paranaenses, concretizando velha aspiração de todos nós.

Assim, considerando não só seus atributos pessoais, como também o trabalho realizado, na qualidade de primeiro Presidente e responsável pela modelar instalação do TRT, foi agraciado com a Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Comendador, pelo Tribunal Superior do Trabalho, que lhe será entregue em cerimônia a ser realizada em Brasília, no próximo dia 11 de agosto.

PROJETO DE LEI Nº 100/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.^o— Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel, Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil.

Art. 2.^o— Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1978.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

No dia 23 de junho de 1978, o Presidente ERNESTO GEISEL, dirigindo-se a toda a Nação, pronunciou as palavras que, de há muito, o povo brasileiro esperava ouvir do seu governante maior, anunciando os atos necessários para a instalação, no País, de um legítimo regime democrático.

É sabido de todos que foi a democracia a ideologia inspiradora da Revolução de 1964. Não obstante alicerçada nessa filosofia liberalista, o Movimento de Março acabou convivendo com a exceção por um período de tempo muito superior ao previsto e ao desejado. E se é verdade que, em gestões anteriores, houve a intenção de se eliminar os atos excepcionais vigentes, não se pode negar que, não apenas foi durante a administração do Presidente Ernesto Geisel que se envidaram os maiores esforços nesse sentido, como, por igual, conseguiu Sua Excelência dar cores de realidade a todas as providências necessárias para esse mister.

O ato do Presidente Ernesto Geisel, agora praticado tem um significado que transcende ao de um simples ato político. Mais do que isso, tem o significado de um marco histórico que se inscreverá, por certo, como uma página inesquecível, no sagrado livro da Pátria.

E para nós paranaenses guarda um especial júbilo que essa atitude tenha sido tomada por um homem inteiramente identificado com a gente e as coisas do nosso Estado, quer pela amizade que formou com a família paranaense, quer pelos assinalados serviços que deixou quando de sua passagem pela terra araucariana, quer pelo extremado carinho com que sempre olhou o nosso Estado, desde o Palácio do Planalto.

A homenagem que se pretende, contudo, é de maior amplitude, pois que do interesse de todos os quadrantes nacionais; a homenagem que se pretende é tornar imorredouramente paranaense o cidadão brasileiro que tudo fez para dar ao povo da

sua terra dias melhores e mais humanos, fundados na perene luz do sistema democrático.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Egon Pudell, inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “Ocupamos hoje esta tribuna para destacar mais uma importante iniciativa do Governador Jayme Canet Júnior, isto é, mais uma de suas metas, e de singular significação para o bem estar do homem, e cumprindo-a, paralelamente a todas as demais que são de nosso conhecimento, vem somando ao seu acervo de realizações em prol de nosso Estado.

No dia 13 do corrente mês foram firmados convênios entre a Secretaria do Interior, pelo seu titular, Dr. Noel Lobo Guimarães, através da Administração de Recursos Hídricos, atualmente sob a direção do Engenheiro José Neves Labatut, e a SEMA — Secretaria Especial do Meio Ambiente - da Presidência da República, pelo seu titular, Engenheiro Paulo Nogueira Neto.

Ditos convênios, como se pode traduzir, revelam que o Estado do Paraná se destaca, em todo o país, como um dos vanguardeiros em iniciativa de tal natureza. Exemplifiquemos:

- a). Convênio ARH (Administração de Recursos Hídricos) e SUDEPE - (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca) que visa a execução de trabalhos de pesquisa ictiológica em águas interiores do Paraná, com a construção, na cidade de TOLEDO, de um CENTRO DE PISCICULTURA, destinado à criação de espécies e posterior povoamento de locais, sobretudo o lago que se formará com a Usina de Itaipu. Este Centro de Piscicultura é, provavelmente, a espécie, o único do País.
- b). O Convênio firmado entre a SEMA - Secretaria Especial do Meio Ambiente e a ARH - Administração de Recursos Hídricos - tem por objetivo a execução, pela ARH, dos projetos que visam a Avaliação dos Recursos Hídricos Subterrâneos, os estudos dos insetos transmissores de doenças para o homem, e também, o estudo das plantas aquáticas, tudo dentro do programa de desenvolvimento do Oeste do Paraná. E perguntamos: por que o Oeste do Paraná? e respondemos: Porque o Oeste do Paraná é um dos grandes celeiros do país, onde a agricultura e a pecuária, fontes de alimentos e criador de divisas, atingem índices da mais alta respeitabilidade, em todo o contexto econômico brasileiro, em cujo Oeste desejamos salientar as potencialidades econômicas de Toledo, que, hoje, se encontra sob a administração coerente, profícua e cuidadosa do Ex.^{mo} Sr. Prefeito, Duílio Genari, presente à referida solenidade, no Palácio Iguazu.
- c). Na oportunidade, Sua Excelência o Governador Jayme Canet Júnior, aprovou o termo de ajuste - Ministério da Agricultura e Administração de Recursos Hídricos, visando o processamento e publicação de dados meteorológicos e a operação de estações meteorológicas.

Estes entendimentos e definições caracterizados nos convênios firmados entre o Governo Federal e o Governo Estadual, traduzem perfeitamente as preocupações do Governo paranaense, dos quais merece singular destaque a execução de projetos e pesquisas destinados ao controle da poluição e preservação ambiental em nosso Estado, no sentido de facultar ao Estado, que é a mesma coisa que facultar a toda a nossa gente, parcela por parcela, as melhores condições para que a saúde do povo seja preservada, para que este mesmo povo viva mais feliz e para que, ampliando e condensando cada vez mais a sua confiança nos nobres propósitos nos governos do Estado e do País, com a força de seu entusiasmo e de sua fé nos grandes destinos da nossa terra, impulse e acelere o progresso do Brasil”.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Otássio Pereira,

inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “No momento em que o Governo anuncia o encaminhamento ao Senado Federal das reformas, preconizando a extinção de atos, decretos e legislação excepcionais, há a necessidade de esclarecer-se aos menos avisados que a reconstitucionalização nacional vem sendo, há mais de dez anos, a tese principal do MDB, em face da forma como tem sido feita a pregação dessas reformas, levando à errônea conotação de que tudo se processa graças a uma bandeira empenhada pela ARENA e desfraldada pelo Governo.

O MDB, como Partido que fala pelo povo e que traduz no Congresso e Assembléias Legislativas, apenas o sentimento popular, teve o papel preponderante e assumiu determinadas posições - como a revogação do Decreto 477, restabelecimento do “habeas corpus” e revogação dos artigos 182 e 185 da Constituição — defendendo-as até com a coragem física dos seus integrantes, eis que, durante as batalhas políticas travadas nesse tempo, muitos colegas nossos foram sacrificados, como foi o do nosso Líder Alencar Furtado.

Condeno, neste momento em que o Governo anuncia o encaminhamento das mensagens de reformas, a atitude daqueles arenistas que, várias vezes, em pronunciamentos públicos, colocaram-se radicalmente contra as medidas agora anunciadas, e agora tudo endossam, vestindo a pele de cordeiros. Quero dizer, nesta oportunidade que a luta da Oposição não se esvai no anúncio das reformas feito sob a égide da ARENA, pois tanto ela como a opinião pública esclarecida deste País, prosseguirão a luta iniciada há mais de dez anos pelo restabelecimento da democracia plena.

Temos que analisar com certa cautela as pretendidas revogações de atos propostos pelo Governo, eis que elas prevêem, de forma dissimulada, a criação das tão propaladas salvaguardas do regime, que outra coisa não significa senão um ato de exceção inserido no próprio texto constitucional, pois conferem ao Presidente da República, poderes excepcionais para - mediante o simples decreto de estado de sítio - suspender todas as garantias e direitos assegurados pela Carta Magna aos cidadãos e instituições brasileiros. Acrescente-se ainda que, por este decreto de estado de sítio, o Presidente da República poderá suspender, até por 180 dias, o direito de impetrar “habeas corpus”, cerceando assim a liberdade dos direitos humanos.

As reformas são benéficas. Aplaudo-as. Porém, caberá ao Congresso Nacional, em exame mais aprofundado das salvaguardas ali inseridas, restringir os poderes excepcionais que são conferidos ao Chefe da Nação, sob pena de, ao caírem os atos excepcionais, ficar o País na dependência do estado de ânimo do seu Presidente da República, que por uma simples “penada” de sua iniciativa ou junção do grupo dominante, impor o arbítrio e a anti-democracia no Brasil”.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para falar no Grande

Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, eu havia me inscrito para usar da palavra no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vive instantes, momentos de angústia, momentos de apreensão, os suinocultores da região do Norte-Pioneiro.

Tivemos há poucos dias, um enviado nesta Assembléia, representando Sua Excelência o Senhor Ministro da Agricultura, Doutor Alysson Paulinelli, onde trazia a esperança, onde trazia aquela expectativa favorável aos homens, aos criadores de porcos do Paraná.

Pelo que ficou constatado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, graças a Deus, primeiramente, o rebanho suíno paranaense, não

está afetado desta tão alardeada peste africana.

E o que vemos, Sr. Presidente, são agora as multinacionais a fazer “trust”, as multinacionais a não querer comprar os porcos do Paraná; e também vemos entristecidos os suinocultores, queremos solicitar, em forma de apelo, para que se abram as barreiras do nosso Estado, porque se aqui não foi constatada esta famigerada doença, então é porque os porcos criados no Norte Pioneiro e em todo o Paraná, não estão afetados, graças a Deus.

Em reunião que tivemos com diversos criadores do Norte Pioneiro, qual não foi a nossa surpresa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao vermos as nossas barreiras fechadas para a exportação de suínos, que estão praticamente dando despesas, porque seus ciclos de engorda já estão ultrapassando. Porque, Sr. Presidente, um quilo de porco bruto, que custava Cr\$ 15,00, está sendo ofertado a apenas Cr\$ 9,00 para o criador.

E não vemos então, Sr. Presidente, outra forma, a não ser de ultimarmos, de mandarmos uma solicitação a S. Exa. o Sr. Secretário da Agricultura, para que libere a saída, se nossos suínos não estão afetados com a peste. O que não podemos, Sr. Presidente, é ficarmos ao sabor de caprichos de tecnocratas, em prejuízo do homem da lavoura, em prejuízo do criador de suínos, principalmente do Norte Pioneiro.

Se não foi constatada a doença em nosso Estado, por que então este rigor? Por que então este impecilho de se transportar estes suínos que estão sadios, para os outros Estados? Por que darmos prejuízos para os homens que estão trabalhando, estão derramando seu suor em benefício do Paraná e da sua gente?

É um alerta, Sr. Presidente. É um alerta, Srs. Deputados, que queremos fazer a S. Exa. o Sr. Secretário da Agricultura, que tome cuidado e ultime com urgência, para que sejam liberadas as fronteiras do Paraná para com o Estado de São Paulo, porque se no Paraná não tem a doença, podemos perfeitamente exportar o nosso suíno para qualquer parte do Brasil, ou mesmo para o exterior.

O que está acontecendo, Sr. Presidente, são os benefícios que vêm auferir as multinacionais, que com suspeitas grandes de todos os criadores e de todos os homens de boa vontade e que compreendem que estão fazendo um “trust”, sobre a descarga alheia, um “trust”, Sr. Presidente, e que não permitem que possamos calar neste instante.

Queremos que o Sr. Secretário da Agricultura abra as fronteiras do Paraná, para que os suínos sadios e com as devidas vias de exportação, — verificamos pelos veterinários e pelos órgãos competentes, que vão ser abatidos em São Paulo, no Rio de Janeiro, em qualquer parte de nosso País — possam sair.

O que não podemos, Sr. Presidente, é ver o suinocultor paranaense à mercê do “trust” internacional, à mercê, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Imprensa de meu Paraná, deste malfadado “trust” que muito tem feito para a derrota dos grandes objetivos.

Queríamos, neste instante, apenas dar um alerta para o Sr. Secretário da Agricultura, que olhasse com mais carinho, que olhasse aqueles produtores que estão angustiados, que estão na expectativa com seus rebanhos sadios, com seus rebanhos para exportação e chegam e são barrados nas barreiras, por um simples desleixo, por uma simples falta de orientação da Secretaria e do Ministério da Agricultura.

E é neste ponto que nós temos que dizer presente ao povo do Paraná, que o Senhor Secretário da Agricultura tome providências ou então, estaremos fadados a fazer o jogo das multinacionais. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Para falar no Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa vinda a esta tribuna é tão somente para encami-

nhar à Mesa, um requerimento que pretendemos, através desta Casa, seja enviado ofício ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça e à Secretaria de Recursos Humanos, sugerindo-lhes a adoção de esboço de ante-projeto de lei que nós mandamos anexo, a fim de regularizar o pagamento de gratificação instituída pela Lei n.º 6569/74, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, de há muito já em exame e em estudo, através dos órgãos competentes.

Era só, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valter Pietrângelo. — (Pausa) Ausente S. Ex.^a, consulto a liderança do Movimento Democrático Brasileiro, sobre se deseja ocupar o espaço de tempo que regimentalmente lhe é reservado. — (Declina). — Havendo declinado, consulto a liderança da Aliança Renovadora Nacional, sobre se deseja ocupar o espaço de tempo que lhe é reservado. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 24 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/78, de autoria do Deputado DENI SCHWARTZ, que denomina “Rodovia Antônio Baby”, a estrada PRT - 280, que liga a localidade de Santa Rita, no Município de General Carneiro, à sede do Município de Pato Branco. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente requiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência atende e fará a verificação de votação.

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem) Para economia de tempo, Sr. Presidente, eu aduziria à proposta do eminente Líder da Arena, a de que se faça, concomitantemente ou após, a chamada nominal para verificação de “quorum”.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) A Presidência, depois de feita a verificação de votação, atenderá, o que em questão de ordem o Sr. Deputado Enéas Faria pretende, que é a chamada nominal, para constatação de “quorum”.

(Faz soar os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Em votação o Projeto de Lei n.º 39/78. Os Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se. (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

10 Srs. Deputados aprovam; 4 Srs. Deputados rejeitam. Não há “quorum” para deliberação.

Como já havia deferido anteriormente, o Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados, para constatação de “quorum”.

(É feita a chamada nominal) (Pausa).

21 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Não há “quorum” para deliberação, há, todavia, “quorum” para prosseguimento da sessão e discussão da matéria.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 62/78, que objetiva conceder pensão mensal de valor igual a cinco (05) salários mínimos ao

Doutor Arthur Martins Franco, ex-Professor e um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 19/78, ex-Proposição n.º 104/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de FAXINAL, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 110/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e intervenção de órgãos que especifica, e o Município de CAMPINA GRANDE DO SUL, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 131/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e intervenção de órgãos que especifica, e o Município de MANDIRITUBA, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 45/77, de autoria do Sr. Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que denomina Usina Juscelino Kubitschek de Oliveira, a atual Usina de Foz do Areia. Parecer Favorável da C.C.J., com SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. — Em regime de urgência. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 61/78, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública a “ESCOLA PROFISSIONAL E SOCIAL DO MENOR”, da cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 61/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 44/75, ex-Proposição n.º 160/75, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando cumprir dispositivos do Colégio Nacional de Trânsito, na área do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em Regime de urgência. — Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 169/77, de autoria do Deputado IVO THOMAZONI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmeira, parte do imóvel que especifica. Pareceres Contrários da C.C.J., C.F. e C.I.T.C., por unanimidade. — Em regime de urgência.

Sobre o referido projeto de lei há um Substitutivo Geral, já devidamente apoiado, de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra. — (Lê o Substitutivo Geral)

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 169/77

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Palmeira, parte do terreno, com 14m de frente e fundos, por 34 m de cada lado, no imóvel de propriedade do Estado, com 42 m de frente e fundos, por 34 m de cada lado, situado à rua 15 de Novembro, naquele município, conforme transcrição n.º 9385, do livro 3-D, fls. 247, do Registro de Imóveis da Comarca de Palmeira.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de junho de 1978.

(aa) Ivo Thomazoni, Lineu Turra, Domício Scaramella, Gabriel Manoel e Augusto Carneiro.”

Em discussão o substitutivo geral. - **Encerrada a discussão.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 11/78, ex-Proposição n.º 96/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de MARILENA, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - **Encerrada a discussão.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 37/78, ex-Proposição n.º 123/78, aprova Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PRESIDENTE CASTELO BRANCO, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede daquele município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - **Encerrada a discussão.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 53/77, ex-Proposição n.º 260/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de UBIRATÃ, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Quintino Bocaiuva. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - **Encerrada a discussão.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 60/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 139/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de ALMIRANTE TAMANDARÉ, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, na realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano do referido município. Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. - **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Herdelino Domingos Bazzo, ocorrido em União da Vitória. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geniplo de Almeida e Silva, ocorrido em Siqueira Campos. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Ana Schindler, ocorrido em União da Vitória. A extinta era sogra do Sr. Deputado Domício Scaramella.

A Presidência, em nome da Mesa, associa-se às homenagens póstumas requeridas pelo eminente Deputado Aguinaldo Pereira Lima.

Em votação. - **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando seja ficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo, no sentido de que dentro da programação de doação de ônibus escolares no decorrer do ano presente, destine uma destas viaturas para o Município de Fênix. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato,

constante do expediente, solicitando voto de aplausos aos eminentes causídicos René Dotti e Alcides Munhoz Melo, que acabam de ser contemplados com os prêmios “De Plácido e Silva e Oscar Martins Gomes”, respectivamente, na promoção da “Gazeta do Povo”, e Secretaria da Justiça, instituindo o “Primeiro Concurso Nacional de Letras Jurídicas”. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de congratulações aos eméritos juristas paranaenses, Dr. René Ariel Dotti e Dr. Alcides Munhoz Neto, que conquistaram o primeiro e segundo lugares no Primeiro Concurso Nacional de Letras Jurídicas, promovido pela Secretaria de Justiça e Gazeta do Povo. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Presidente do Tribunal de Justiça do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, sugerindo-lhes adoção do esboço de ante-projeto de lei, a fim de regularizar o pagamento da gratificação instituída pela Lei 6569/74, ao Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça. - **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 27, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 39 e 62/78, e de Resolução n.ºs 50, 57 e 59/78.

EM VOTAÇÃO—2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 45/77 e 51/78, e de Resolução n.ºs 61/78 e 169/77.

EM VOTAÇÃO—1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 48/78, 52/78, 55/78, e 60/78.

Levanta-se a Sessão.

DECRETOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 331/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3992, de 03 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de CELSO ARAÚJO JÚNIOR, matrícula n.º 489, ocupante do cargo de nível PL “28”, da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976 e 1977, que deixou de gozar.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 332/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 3936, de 02 de maio de 1978, deste Poder,

RESOLVE:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ELCY DA SILVA BATISTA, matrícula n.º 099, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02)

meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1977, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 333/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3935, de 02 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

I – mandar incorporar, ao acervo de serviço público, de CELI EUCLÉA GALLIANO, matrícula n.º 415, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 11 de maio de 1970 e 11 de julho de 1974, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias de 1972 e 1973, contadas em dobro; e,

II – conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, nos termos do Art. 170, da citada Lei n.º 6174, a partir de 11 de maio de 1978, data que, em razão da incorporação retro e das férias de 1974, 1975, 1976 e 1977, contadas em dobro, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 334/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4698, de 18 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

I – revogar as Portarias n.ºs 01/76 e 637/76, na parte que se refere ao funcionário ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA NETO, matrícula n.º 094, ocupante do cargo isolado de provimento efetivo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II – contar para todos os efeitos legais, a seu favor o tempo de quatro (04) meses, referente ao dobro das férias de 1976 e 1977, que deixou de gozar, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 335/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 4303, de 09 de maio de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de PLÁCIDO CORDEIRO DE PAULA, matrícula n.º 254, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1976, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 336/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3498, de 24 de abril de 1978, deste Poder,

R E S O L V E :

I – mandar retificar, "ex-officio" o Decreto Legislativo n.º 499/77, de 05 de julho de 1977, que mandou incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZ ALBERTO SOFFIATI CASSAL, matrícula n.º 537, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que o período correspondente ao quinto quinquênio, está compreendido entre 17 de outubro de 1972 e 17 de agosto de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro, e não como consta naquele ato; e,

II – conceder o adicional de cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 06 de março de 1978, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13 de junho de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário